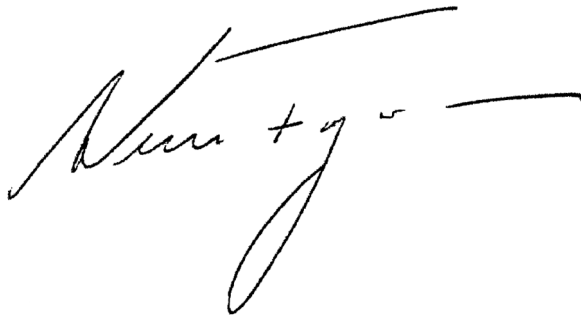
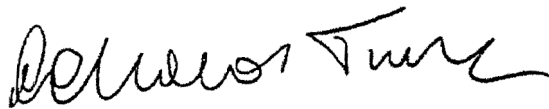


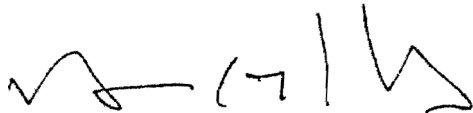
Für die Republik Österreich:



W imieniu Rzeczypospolitej Polskiej:



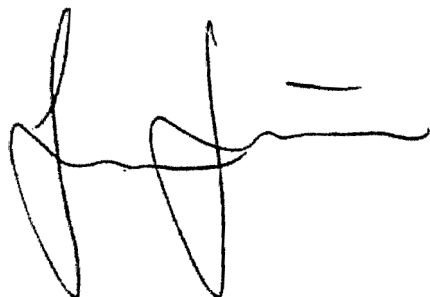
Pela República Portuguesa:



Pentru România:



Za Republiko Slovenijo:



Za Slovenskú republiku:


Suomen tasavallan puolesta:
För Republiken Finland:


För Konungariket Sverige:



Предходният текст е заверено копие на оригинала, депозиран в архивите на Генералния секретариат на Съвета в Брюксел.
El texto que precede es copia certificada conforme del original depositado en los archivos de la Secretaría General del Consejo en Bruselas.
Foranstående text er en bekræftet genpart af originaldokumentet deponeret i Rådets Generalsekretariats arkiver i Bruxelles.
Der vorstehende Text ist eine beglaubigte Abschrift des Originals, das im Archiv des Generalsekretariats des Rates in Brüssel hinterlegt ist.
Eelnev tekst on tõetatud koopia originaalist, mis on antud hoiule nõukogu peasekretariaadi arhiivi Brüsselis.
Το ανωτέρω κείμενο είναι πιστό αντίγραφο του πρωτοτύπου που είναι κατατεθειμένο στο αρχείο της Γενικής Γραμματείας του Συμβουλίου στις Βρυξέλλες.
The preceding text is a certified true copy of the original deposited in the archives of the General Secretariat of the Council in Brussels.
Le texte qui précède est une copie certifiée conforme à l'original déposé dans les archives du Secrétariat Général du Conseil à Bruxelles.
Le copié d'illustre d'heiminthe é an técas roimbe seo den scribhim bhunsaidh a taisceadh i gearrann Ardriúnaíocht na Comhairle sa Bhruiséil.
Il testo che precede è copia certificata conforme all'originale depositato negli archivi del Segretariato generale del Consiglio a Bruxelles.
Sis teksts ir apliecināta kopija, kas atbilst oriģinālam, kurš deponēts Padomes Ģenerālsekretariāta arhīvā Briselē.
Pirmāis pateiktas teksts yra Tarybos generalinio sekretoriato archyvuose Bruselyje deponuoto originalo patvirtinta kopija.
A fenti szöveg a Tanács Főtitkárságának brüsszeli iktatórában letétbe helyezett eredeti példány hiteles másolata.
It-test precedenti huwa kopja ċertifikata vera ta' l-original ddepożitat fi-arkivi tas-Segretarjat Ġenerali tal-Kunsill fi Brussel.
De voorgaande tekst is het voor eensluidend gewaarmerkt afschrift van het origineel, nedergelegd in de archieven van het Secretariaat-Generaal van de Raad te Brussel.
Powyższy tekst jest kopią poświadczoną za zgodność z oryginałem złożonym w archiwum Sekretariatu Generalnego Rady w Brukseli.
O texto que precede é uma cópia autenticada do original depositado nos arquivos do Secretariado-Geral do Conselho em Bruxelas.
Textul anterior constituie o copie certificată pentru conformitate a originalului depus în arhivele Secretariatului General al Consiliului la Bruxelles.
Predchádzajúci text je overenou kópiou originálu, ktorý je uložený v archívoch Generálneho sekretariátu Rady v Bruseli.
Zgorjje besedilo je overjena verodostojna kopija izvirnika, ki je deponiran v arhivu Generalnega sekretariata Sveta v Bruslju.
Edellä oleva teksti on oikeaksi todistettu jäljennös Brysselissä olevan neuvoston pääsihteeristön arkistoon talletetusta alkuperäisestä tekstistä.
Ovastående text är en bestyrkt avskrift av det original som deponerats i rådets generalsekretariats arkiv i Bryssel.

Брюксел,
Bruxelles,
Bruxelles, den
Brissel,
Брисел,
Brussels,
Bruxelles, le
An Bhruiséil,
Bruxelles, addi,
Brissel,
Bruxelles,
Brissel,
Brussel, il
Brussel,
Bruxelles, dnia
Bruxelas, em
Bruxelles,
Brussel
Brussel,
Brussel, den

08-03-2012

За генералния секретар на Съвета на Европейския съюз
For el Secretario General del Consejo de la Unión Europea
For Generalsekretæren for Rådet for Den Europæiske Union
Für den Generalsekretär des Rates der Europäischen Union
Euroopa Liidu Nõukogu peasekretäri nimel
Για τον Γενικό Γραμματέα του Συμβουλίου της Ευρωπαϊκής Ένωσης
For the Secretary-General of the Council of the European Union
Pour le Secrétaire général du Conseil de l'Union européenne
Thar ceann Ardriúnaí Chomhairle an Aontais Eorpaigh
Per il Segretario Generale del Consiglio dell'Unione europea
Europas Savienības Padomes Ģenerālsekretāra vārdā
Europos Sąjungos Tarybos generalinio sekretoriai
Az Európai Unió Tanácsának főtitkára nevében
Għas-Segretarju Ġenerali tal-Kunsill tal-Unjoni Ewropea
Voor de Secretaris-Generaal van de Raad van de Europese Unie
W imieniu sekretarza generalnego Rady Unii Europejskiej
Pelo Secretário-Geral do Conselho da União Europeia
Pentru Secretarul General al Consiliului Uniunii Europene
Za generalného tajomníka Rady Európskej únie
Za generalnega sekretarja Sveta Evropske unije
Euroopan unionin neuvoston pääsihteerin puolesta
För generalsekretären för Europeiska unionens råd



Hubert LEGAL
Directeur Général

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Decreto n.º 15/2012

de 3 de julho

A República Portuguesa e a República do Azerbaijão, tendo em vista intensificar as relações entre ambos os países, assinaram em 20 de novembro de 2010, em Lisboa, um Acordo sobre Supressão de Vistos para Titulares de Passaportes Diplomáticos, de Serviço e Especiais.

O presente Acordo pretende reforçar as relações bilaterais entre a República Portuguesa e a República do Azerbaijão, em matéria política, económica, cultural e de defesa, ao permitir que titulares de passaportes diplomáticos, de serviço e especiais de cada um dos Estados se desloquem livremente, sem necessidade de visto, por um período de noventa dias por semestre, para território do outro país.

Assim:

Nos termos da alínea c) do n.º 1 e do artigo 197.º da Constituição, o Governo aprova o Acordo entre a República Portuguesa e a República do Azerbaijão sobre a Supressão de Vistos para Titulares de Passaportes Diplomáticos, de Serviço e Especiais, assinado em Lisboa, em 20 de novembro de 2010, cujo texto, nas versões autenticadas nas línguas portuguesa, azeri e inglesa, se publica em anexo.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 31 de maio de 2012. — *Pedro Passos Coelho* — *Vitor Louçã Rabça Gaspar* — *Luís Miguel Gubert Morais Leitão* — *Miguel Bento Martins Costa Macedo e Silva*.

Assinado em 20 de junho de 2012.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendado em 24 de junho de 2012.

O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*.

ACORDO ENTRE A REPÚBLICA PORTUGUESA E A REPÚBLICA DO AZERBAIJÃO SOBRE A SUPRESSÃO DE VISTOS PARA TITULARES DE PASSAPORTES DIPLOMÁTICOS, DE SERVIÇO E ESPECIAIS.

A República Portuguesa e a República do Azerbaijão, adiante designadas como «Partes»:

Desejando promover as relações bilaterais;

Desejando facilitar as deslocações dos seus nacionais, titulares de passaportes diplomáticos, de serviço e especiais;

acordam no seguinte:

Artigo 1.º

Definições

Para os efeitos do presente Acordo, as seguintes disposições significam:

a) «Passaporte válido», o passaporte diplomático, de serviço ou especial que, no momento da saída do território nacional de uma das Partes, tenha ainda, pelo menos, três (3) meses de validade;

b) «Membro da família», o cônjuge assim como os descendentes e ascendentes a cargo dos titulares de passaportes diplomáticos, de serviço e especiais.

Artigo 2.º

Estadas de curta duração

1 — Os cidadãos da República Portuguesa titulares de passaporte diplomático e especial português válido podem entrar no território da República do Azerbaijão sem necessidade de visto e aí permanecer por um período não superior a noventa (90) dias.

2 — Os cidadãos da República do Azerbaijão titulares de passaporte diplomático e de serviço válido podem entrar

no território da República Portuguesa sem necessidade de visto e aí permanecer por um período não superior a noventa (90) dias por semestre a contar da data da primeira entrada na fronteira externa que delimita o espaço de livre circulação constituído pelos Estados que são Parte na Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen de 14 de Junho de 1985, adoptada em Schengen, a 19 de Junho de 1990.

Artigo 3.º

Entrada e permanência

1 — Os cidadãos do Estado de uma das Partes titulares de passaporte diplomático, de serviço e especial, que sejam membros do pessoal de uma missão diplomática ou consular no território do Estado da outra Parte, bem como os membros das suas famílias que integram o agregado familiar e que sejam titulares de passaporte diplomático, de serviço e especial válido, podem entrar e permanecer sem visto durante o período da missão.

2 — Os cidadãos do Estado de uma das Partes titulares de passaporte diplomático, de serviço e especial, que representem o seu país numa organização internacional no território do Estado da outra Parte, bem como os membros das suas famílias que integram o agregado familiar e que sejam titulares de passaporte diplomático, de serviço e especial válido, beneficiarão dos mesmos direitos referidos no n.º 1 do presente artigo.

3 — Para os fins constantes dos números anteriores, cada Parte deve notificar a outra da chegada dos titulares de passaporte diplomático, de serviço ou especial designados para prestar serviço na missão diplomática, posto consular ou junto de organizações internacionais no território das Partes, e dos membros da família que os acompanham, por escrito e por via diplomática, antes da data da sua entrada no território da outra Parte.

Artigo 4.º

Pontos de passagem de fronteira

Os cidadãos do Estado de ambas as Partes, titulares de passaporte diplomático, de serviço e especial válido, poderão entrar e sair do território do Estado da outra Parte em qualquer ponto de passagem de fronteira aberto à circulação internacional.

Artigo 5.º

Observância do Direito vigente das Partes

1 — Os cidadãos do Estado de ambas as Partes, titulares de passaporte diplomático, de serviço e especial válido, estarão sujeitos ao cumprimento do Direito vigente durante a estadia no território do Estado da outra Parte.

2 — O presente Acordo não exclui o exercício do direito pelas autoridades competentes das Partes de recusar a entrada ou permanência de cidadãos da outra Parte, em conformidade com o Direito vigente aplicável.

Artigo 6.º

Informação sobre passaportes

1 — As Partes trocarão entre si, através de canais diplomáticos, espécimes dos passaportes diplomáticos, de serviço e especiais em circulação até trinta (30) dias após a data de entrada em vigor do presente Acordo.

2 — Sempre que uma das Partes introduza novos passaportes ou modificações nos anteriormente trocados, deverá notificar a outra Parte e proceder à troca de espécimes através dos canais diplomáticos até trinta (30) dias antes da sua entrada em circulação.

3 — Se o cidadão do Estado de uma das Partes perder o passaporte no território do Estado da outra Parte, a respectiva missão diplomática e consular emitirá ao seu nacional um novo passaporte ou título de viagem única e informará, em conformidade, as autoridades competentes do Estado receptor.

Artigo 7.º

Solução de controvérsias

Qualquer controvérsia relativa à interpretação ou à aplicação do presente Acordo será solucionada através de negociação, por via diplomática.

Artigo 8.º

Suspensão

1 — Cada uma das Partes reserva-se o direito de suspender temporariamente, total ou parcialmente, a aplicação das disposições do presente Acordo por razões de segurança nacional, ordem pública ou de saúde pública.

2 — A suspensão produz efeitos vinte e quatro (24) horas após a notificação à outra parte através dos canais diplomáticos. Cada uma das Partes adoptará o mesmo procedimento para o levantamento da suspensão.

Artigo 9.º

Revisão

O presente Acordo pode ser objecto, por mútuo consenso, de revisão ou emendas a pedido de qualquer das Partes e que entrarão em vigor nos termos do artigo 11.º do presente Acordo.

Artigo 10.º

Vigência e denúncia

1 — O presente Acordo permanecerá em vigor por um período de tempo ilimitado.

2 — Qualquer das Partes poderá, a qualquer momento, denunciar o presente Acordo, mediante notificação, por escrito e por via diplomática, sendo que o presente Acordo cessa a sua vigência 90 dias após a data da recepção da respectiva notificação.

Artigo 11.º

Entrada em vigor

O presente Acordo entrará em vigor trinta (30) dias após a data de recepção da última notificação, por escrito e por via diplomática, de que foram cumpridos os requisitos de Direito interno das Partes necessários para o efeito.

Artigo 12.º

Registo

Após a entrada em vigor do presente Acordo, a Parte em cujo território for assinado submetê-lo-á para registo junto do Secretariado das Nações Unidas nos termos do

artigo 102.º da Carta das Nações Unidas, devendo, igualmente, notificar a outra Parte desse procedimento e indicar-lhe o número de registo atribuído.

Feito em Lisboa, no dia 20 de Novembro de 2010, em dois originais, nas línguas portuguesa, azeri e inglesa, fazendo todos os textos igualmente fê. Em caso de divergência de interpretação prevalecerá o texto em língua inglesa.

Pela República Portuguesa:

Luís Amado, Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.

Pela República do Azerbaijão:

Elmar Mammadyarov, Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Portuqaliya Respublikası

va

Azərbaycan Respublikası

arasında diplomatik, xidməti və xüsusi pasportlara malik şəxslər üçün vizaların ləğv edilməsi haqqında SAZİŞ

Bundan sonra “Tərəflər” adlandırılacaq Portuqaliya Respublikası və Azərbaycan Respublikası,

İkitərəfli münasibətlərinin təşviq edilməsini arzulayaraq,

Diplomatik, xidməti və xüsusi pasportlara malik olan vətəndaşlarının səyahətlərini asanlaşdırmaq məqsədi ilə,

Aşağıdakılar barədə razılığa gəldilər:

Maddə 1

Anlayışlar

Bu Sazişin məqsədləri üçün aşağıdakı müddəalar bunları ifadə edəcəkdir:

- “Etibarlı pasport”, Tərəflərin birinin ərazisindən çıxış zamanı ən azı üç (3) ay etibarlılıq müddəti olan Tərəflərin diplomatik, xidməti və ya xüsusi pasportu;
- “Ailə üzvlü”, diplomatik, xidməti və xüsusi pasporta malik şəxslərin həyat yoldaşı, həmçinin himayəsində olan uşaqları və valideynləri.

Maddə 2

Qısa müddətli qalma

1. Portuqaliya Respublikasının etibarlı diplomatik və xüsusi pasportlara malik olan vətəndaşları Azərbaycan Respublikasının ərazisinə vizasız daxil ola, tranzit qaydada keçə və ilk giriş günündən etibarən istənilən doxsan (90) gündən artıq olmayan müddətə orada qala bilərlər.

2. Azərbaycan Respublikasının etibarlı diplomatik və xidməti pasporta malik olan vətəndaşları Portuqaliya Respublikasının ərazisinə vizasız daxil ola, tranzit qaydada keçə və ilk giriş günündən etibarən istənilən altı (6) ay müddətində doxsan (90) gündən artıq olmayan müddətə orada qala bilərlər, həmin müddət 14 iyun 1985-ci il tarixli Şengen Sazişinin həyata keçirilməsi barədə 19 iyun 1990-cı il tarixində qəbul edilmiş Konvensiyanın iştirakçısı olan dövlətlər tərəfindən yaradılmış sərbəst hərəkət zonasının xarici sərhədindən ilk daxil olma günündən etibarən hesablanır.

Maddə 3

Giriş və Qalma

1. Bir Tərəfin dövlətinin diplomatik, xidməti və xüsusi pasportlarına malik olan, digər Tərəfin dövlətinin ərazisində yerləşən diplomatik və ya konsulluq nümayəndəliyinin heyətinin üzvləri olan vətəndaşları və onlarla birlikdə yaşayan etibarlı diplomatik, xidməti və xüsusi pasportlara malik ailə üzvləri xidmət müddəti ərzində vizasız daxil ola və orada qala bilərlər.

2. Bir Tərəfin dövlətinin vətəndaşları digər Tərəfin dövlətinin ərazisində yerləşən beynəlxalq təşkilatda öz ölkəsini təmsil edən diplomatik, xidməti və xüsusi pasportlara malik olan vətəndaşları və onlarla birlikdə yaşayan etibarlı diplomatik, xidməti və xüsusi pasportlara malik ailə üzvləri yuxarıdakı 1-ci bənddə qeyd olunan eyni hüquqlara malikdirlər.

3. Hər bir Tərəf bundan əvvəlki bəndlərin məqsədləri üçün Tərəflərin ərazilərindəki diplomatik nümayəndəlik, konsulluq və ya beynəlxalq təşkilatlara təyin olunmuş, diplomatik, xidməti və xüsusi pasporta malik olan vətəndaşlarının, həmçinin onları müşayiət edən ailə üzvlərinin gəlməsi barədə digər Tərəfi onların gəlməsi şünlərindən əvvəl vəzifəli şəkildə və diplomatik kanallarla məlumatlandıracaqdır.

Maddə 4

Keçid məntəqələri

Hər iki Tərəfin dövlətinin etibarlı diplomatik, xidməti və xüsusi pasportlara malik olan vətəndaşları digər Tərəfin dövlətinin ərazisinə beynəlxalq səyahətə açıq olan istənilən sərhəd-keçid məntəqəsindən daxil ola və oranı tərk edə bilərlər.

Maddə 5

Tərəflərin qanunlarına riayət etmə

1. Hər bir Tərəfin dövlətinin etibarlı diplomatik, xidməti və xüsusi pasportlara malik olan vətəndaşları digər Tərəfin dövlətinin ərazisində qaldığı müddət ərzində onun qüvvədə olan qanun və qaydalarına riayət etmək öhdəliyi daşıyırlar.

2. Bu Saziş hər bir Tərəfin səlahiyyətli qurumlarının müvafiq qanununa uyğun olaraq digər Tərəfin hər hansı vətəndaşının daxil olmasına və ya qalmasına icazə verməkdən imtina etmək hüququnu istisna etmir.

Maddə 6

Pasportlar haqqında informasiya

1. Tərəflər Sazişin qüvvəyə minməsindən əvvəl, otuz (30) gündən gec olmayaraq istifadə olunan diplomatik, xidməti və xüsusi pasportların nümunələrini diplomatik kanallar vasitəsilə mübadilə edəcəklər.

2. Yeni pasportlar təqdim olunsa və ya istifadədə olanlara düzəlişlər edildikdə, hər bir Tərəf digər Tərəfi dərhal məlumatlandıracaq və onların rəsmi təqdim edilməsindən əvvəl, otuz (30) gündən gec olmayaraq onların nümunələrini diplomatik kanallarla mübadilə edəcəkdir.

3. Tərəflərdən birinin dövlətinin vətəndaşı digər Tərəfin dövlətinin ərazisində pasportunu itirdikdə, səlahiyyətli diplomatik və ya konsulluq nümayəndəliyi öz vətəndaşına yeni pasport və ya fəvqəladə səyahət sənədi verəcək və qəbul edən dövlətin səlahiyyətli hökumət qurumlarını müvafiq qaydada məlumatlandıracaqdır.

Maddə 7

Mübahisələrin həlli

Bu Sazişin təfsiri və tətbiqi zamanı yarana biləcək hər hansı mübahisələr diplomatik kanallar vasitəsilə danışıqlar yolu ilə həll ediləcəkdir.

Maddə 8

Sazişin dayandırılması

1. Hər bir Tərəf milli təhlükəsizlik, ictimai asayiş və ya əhəlinin sağlamlığının qorunması məqsədilə bu Sazişin qüvvəsini müvəqqəti olaraq tam və ya qismən dayandırmaq hüququnu özündə saxlayır.

2. Belə dayandırma digər Tərəfin diplomatik kanallarla bildiriş aldıqdan iyirmi dörd (24) saat sonra qüvvəyə minir. Hər bir Tərəf bu dayandırma aradan qaldırıldıqda da eyni qaydada hərəkət edəcəkdir.

Maddə 9

Əlavələr

Bu Sazişə Tərəflərin qarşılıqlı razılığı ilə və 11-ci maddədə müəyyən olunan qaydada qüvvəyə minən dəyişikliklər və əlavələr edilə bilər.

Maddə 10

Sazişin qüvvədə olma müddəti və ləğv edilməsi

1. Bu Saziş qeyri-müəyyən müddətə bağlanılır.

2. Tərəflərdən hər biri digər Tərəfə diplomatik kanallar vasitəsilə yazılı bildiriş göndərərək hazırkı Sazişi ləğv edə bilər. Saziş belə bildirişin alındığı tarixdən doksən (90) gün sonra qüvvədən düşür.

Maddə 11

Sazişin qüvvəyə minməsi

Bu Saziş onun qüvvəyə minməsi üçün hər iki Tərəfin milli qanunvericiliyində nəzərdə tutulan tələblərin yerinə yetirilməsi barədə sonuncu yazılı bildirişin diplomatik kanallarla alındığı tarixdən otuz (30) gün sonra qüvvəyə minir.

Maddə 12

Qeydiyyat

Bu Saziş qüvvəyə mindikdən sonra Birləşmiş Millətlər Təşkilatının Nizamnaməsinin 102 maddəsinə uyğun olaraq, ərazisində imzalanmış olan Tərəf onu qeydiyyat üçün Birləşmiş Millətlər Təşkilatının katibliyinə göndərməli, həmçinin digər Tərəfi bu prosedurların yerinə yetirilməsi və onun qeydiyyat nömrəsi barədə məlumatlandırmalıdır.

Bu Saziş Lissabon şəhərində, 20 noyabr 2010-cu il tarixində, iki əsl nüsxədə portuqal, Azərbaycan və ingilis dillərində imzalanmışdır, bütün mətnlər autentikdir. Təfsir ilə bağlı fikir ayrılığı yaranacağı təqdirdə, ingilis dilindəki mətnəndən istifadə ediləcəkdir.

Portuqaliya Respublikası
Adından
Luis Amado

Azərbaycan Respublikası
adından
Elmar Mammadyarov

AGREEMENT BETWEEN THE PORTUGUESE REPUBLIC AND THE AZERBAIJAN REPUBLIC ON THE SUPPRESSION OF VISAS FOR HOLDERS OF DIPLOMATIC, SERVICE AND SPECIAL PASSPORTS.

The Portuguese Republic and the Azerbaijan Republic, hereinafter referred to as «the Parties»:

Desirous of promoting their bilateral relations;

Aiming to facilitate the travel of their respective citizens, who hold diplomatic, service and special passports;

have agreed as follows:

Article 1

Definitions

For the purposes of this Agreement the following provisions shall mean:

a) «Valid passport», the diplomatic, service or special passport of the Parties which at the time of the exit from the territory of one of the Parties has at least a three (3) month validity;

b) «Family member», the spouse as well as the dependent descendants and ascendants of holders of diplomatic, service and special passports.

Article 2

Short term stay

1 — The citizens of the Portuguese Republic holding a valid portuguese diplomatic and special passport may enter and stay in the territory of the Republic of Azerbaijan without visa for a maximum period of ninety (90) days.

2 — The citizens of the Republic of Azerbaijan holding a valid azerbaijani diplomatic and service passport may enter and stay in the territory of the Portuguese Republic without visa for a maximum period of ninety (90) days during any six-month period from the date of first entry at the external border establishing the area of free movement created by the States which are Party to the Convention implementing the Schengen Agreement of 14 June 1985, adopted on 19 June 1990.

Article 3

Entry and Stay

1 — Citizens of the State of one Party holding a diplomatic, service and special passports, who are members of the personnel of a diplomatic or consular mission in the territory of the State of the other Party, and their family members forming part of their household holding a valid diplomatic, service and special passports, may enter and stay without a visa for the period of their mission.

2 — Citizens of the State of one Party holding diplomatic, service and special passports, representing their country in an international organization located in the territory of the State of the other Party, and their family members forming part of their household, holding valid diplomatic, service and special passports, shall be entitled to the same rights referred to in paragraph 1 above.

3 — For the purposes of the previous paragraphs, each Party shall inform the other Party, in writing and through the diplomatic channel, of the arrival of the holders of

diplomatic, service or special passport appointed to a diplomatic mission, to a consular post or to international organizations in the territory of the Parties, as well as of their family members accompanying them, prior to the date of their entry to the territory of the other Party.

Article 4

Crossing points

Citizens of the State of either Party, holding valid diplomatic, service and special passports shall enter and leave the territory of the State of the other Party at any border crossing points opened for international travel.

Article 5

Compliance with the law of the Parties

1 — Citizens of the State of either Party, holding valid diplomatic, service and special passports shall be obliged to abide by the laws and regulations in force during their stay in the territory of the State of the other Party.

2 — This Agreement does not exclude the right of the competent authorities of each Party to refuse entry or stay of citizens of the other Party in accordance with the applicable law.

Article 6

Information on passports

1 — The Parties shall exchange, through diplomatic channels, specimens of their diplomatic, service and special passports in use, not later than thirty (30) days prior to the Agreement's entry into force.

2 — If new passports are introduced or if the current ones undergo modifications, either Party shall immediately inform the other Party and exchange their specimens through diplomatic channels, not later than thirty (30) days prior to their formal introduction.

3 — If a citizen of the State of one Party loses his/her passport in the territory of the State of the other Party, the relevant diplomatic or consular mission shall issue to its national a new passport or emergency travel document and inform the competent Government authorities of the receiving State accordingly.

Article 7

Settlement of disputes

Any disputes that might arise out of the interpretation or implementation of this Agreement shall be settled through negotiation, through diplomatic channels.

Article 8

Suspension

1 — Either Party shall reserve the right to temporarily suspend the implementation of this Agreement totally or partly, for reasons related to national security, public order or public health.

2 — Such suspension shall become effective twenty four (24) hours after the other Party receives notice through diplomatic channels. Either Party shall act in the same way if the suspension is lifted.

Article 9

Amendments

Any changes or amendments to this Agreement shall be made by mutual consent of the Parties and shall enter into force as provided for in article 11 of this Agreement.

Article 10

Duration and termination

1 — This Agreement is concluded for an indefinite period of time.

2 — Either Party may terminate this Agreement at any time by informing the other Party in writing and through diplomatic channels, whereas the validity of the Agreement shall cease ninety (90) days from the date on which such notice has been received.

Article 11

Entry into force

This agreement shall enter into force thirty (30) days after the date of the receipt of the last notification, in writing and through diplomatic channels, that the requirements envisaged by the national legislation of both Parties for its entry into force have been met.

Article 12

Registration

Upon the entry into force of this Agreement, the Party in whose territory it is signed shall transmit it to the Secretariat of the United Nations for registration, in accordance with article 102 of the Charter of the United Nations, and shall notify the other Party of the completion of this procedure as well as of its registration number.

Done in Lisbon on November 20th 2010 in two originals, in the portuguese, azerbaijani and english languages, all texts being authentic. In case of any divergence of interpretation, the english text shall prevail.

For The Portuguese Republic:

Luís Amado, Minister of State and Foreign Affairs.

For The Azerbaijan Republic:

Elmar Mammadyarov, Minister of Foreign Affairs.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Portaria n.º 202/2012

de 3 de julho

Sob proposta da Universidade de Évora;
Colhido o parecer favorável da Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior;

Ao abrigo do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 296-A/98, de 25 de setembro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 99/99, de 30 de março, 26/2003, de 7 de fevereiro, 76/2004, de 27 de março, 158/2004, de 30 de junho, 147-A/2006, de 31 de julho, 40/2007, de 20 de fevereiro, 45/2007, de 23 de fevereiro, e 90/2008,